



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**

# Francisco Bandeira ouvido amanhã na comissão do BPN

**NA SEQUÊNCIA** da segunda recusa do Banco de Portugal e do BPN em enviar informação, deputados admitem recorrer ao tribunal.

**Sandra Almeida Simões**  
ssimoes@economicasgpps.com

Francisco Bandeira, actual presidente do BPN, e dois dos administradores, Norberto Rosa e Rui Pedras, vão esta semana ser ouvidos no âmbito da comissão parlamentar de inquérito sobre a instituição.

Francisco Bandeira, nomeado para a presidência do BPN após a nacionalização do banco, vai pela primeira vez ser confrontado com a situação patrimonial e financeira que encontrou no banco quando assumiu a liderança. Ao que apurou o Diário Económico, o gestor vai centrar-se nos caminhos possíveis para o banco e não tanto no passado, anterior à sua entrada na instituição. Para amanhã, estão agendadas duas audições: às 15 horas será ouvido Norberto Rosa, administrador da CGD escolhido também para integrar a instituição nacionalizada, e às 17 horas tem lugar o depoimento de Francisco Bandeira. Já a audição a Rui Pedras está marcada para quinta-feira. Amanhã, as questões dos deputados ao presidente do

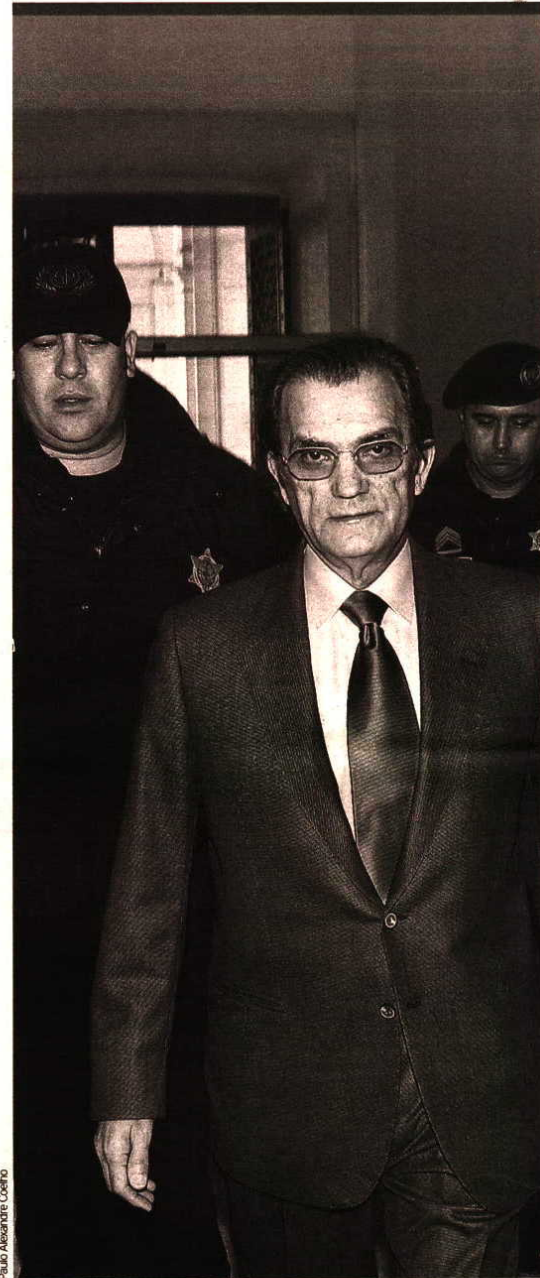
BPN vão centrar-se em duas linhas: os resultados já apurados pela avaliação às contas do BPN e a estratégia para o futuro daquele banco, que terá de ser validada pelo Governo, com base nas alternativas apresentadas pela equipa de Bandeira. No âmbito da nacionalização do BPN, o Governo determinou uma avaliação independente à situação financeira da instituição, cujo prazo terminou na semana passada. A equipa liderada por Francisco Bandeira já entregou ao Governo o plano de reestruturação do BPN. As audições prosseguem com antigos responsáveis de "peso na arquitectura das off-shores". Na quarta-feira será interrogado Jorge Vieira Jordão, que em 2001 estava encarregue de estudar o 'dossier' de Porto Rico na SLN Novas Tecnologias, e ainda António José Duarte. Na quinta-feira, para além de Rui Pedras será ainda ouvido Emanuel Peixoto (antigo quadro do BPN). A segunda 'tranche' de depoimentos poderá abranger cerca de 50 personalidades. A lista de depoentes proposta pelos vários partidos é ex-

tensa, mas perante o consenso sobre a sua relevância, a comissão ainda não sentiu necessidade de voltar a deliberar sobre nomes. O governador do Banco de Portugal e o ministro das Finanças, chumbados pelo PS na primeira ronda, revelam-se agora incontornáveis. Também as audições a Guilherme de Oliveira Martins e Manuela Ferreira Leite, na qualidade de ex-ministros das Finanças, foram consideradas "imprescindíveis".

**Deputados admitem recurso ao tribunal**  
Em resposta ao segundo

*Bandeira vai centrar a sua intervenção nas saídas possíveis para o banco, e não no passado que conduziu à nacionalização.*

ofício da comissão, o BdP e o BPN voltaram a recusar o envio da documentação pedida, alegando segredo profissional. O deputado Honório Novo, do PCP, diz que "deve ser accionado com urgência o mecanismo à disposição da comissão, nomeadamente o recurso a tribunal para que seja levantado o sigilo", algo já admitido pelos deputados de outros partidos. O bloquista João Semedo, admite que "em determinados documentos pode fazer sentido o segredo de justiça". No entanto, "em relação ao segredo bancário é uma clara obstrução ao trabalho da comissão. Quando for para deliberar, defenderei o recurso ao tribunal", afirmou. A verdade é que, mesmo que a comissão discuta esta matéria, o recurso a tribunal poderá ser travado pelo PS. Ricardo Rodrigues, coordenador dos socialistas, defende que a comissão ainda não foi confrontada com a recusa a documentos "imprescindíveis". "É natural que tenhamos que nos socorrer do tribunal, mas para já é prematuro". ■



Paulo Alexandre Coelho

## NOMES "IMPRESINDÍVEIS" PARA A COMISSÃO DE INQUÉRITO



**FRANCISCO BANDEIRA**  
Actual presidente do BPN

■ Francisco Bandeira foi nomeado presidente do BPN pela CGD após a nacionalização. O também vice-presidente da CGD vai ser ouvido amanhã no Parlamento, depois do administrador Norberto Rosa.



**VÍTOR CONSTÂNCIO**  
Governador do Banco de Portugal

■ A audição a Vítor Constâncio ainda não está agendada. Apesar de ter sido chumbada na primeira fase, agora é apelidada de "essencial", até porque a supervisão é um dos objectos da comissão.



**TEIXEIRA DOS SANTOS**  
Ministro das Finanças

■ A comissão ainda não agendou a audição a Teixeira dos Santos. Para os partidos é importante saber se a nacionalização era realmente a única solução possível para o BPN.



**MANUELA FERREIRA LEITE**  
Ex-ministra das Finanças (2002 a 2004)

■ A actual líder do PSD foi ministra das Finanças entre 2002 e 2004. O BE requereu a sua presença, dadas as responsabilidades atribuídas aos ministros no acompanhamento do sistema financeiro.

## Contradições mar

Deputados consideram que Oliveira

**Sandra Almeida Simões**  
ssimoes@economicasgpps.com

As contradições entre os ex-gestores do BPN e os responsáveis da supervisão bancária marcaram a primeira ronda de audições da comissão de inquérito. No balanço das primeiras sete audições - que incidiram maioritariamente no segundo objecto da comissão, a supervisão bancária - os deputados salientam ainda o

conhecimento das ilegalidades ocorridas durante anos no grupo SLN, a ineficácia da supervisão, a "ausência" de fronteiras entre o mundo político e o mundo dos negócios e a necessidade de responsabilizar judicialmente mais gestores, para além de Oliveira Costa. O coordenador dos deputados socialistas, Ricardo Rodrigues, destaca o depoimento de António Marta, antigo vice-governador

## O HOMEM QUE TODOS QUERIAM OUVIR

As expectativas eram elevadas no dia 13 de Janeiro, dia em que estava marcada a audição a José Oliveira Costa, antigo presidente do BPN, na comissão de inquérito ao Banco. Mas, para muitos, as expectativas ficaram defraudadas, já que o antigo responsável do banco preferiu optar pelo silêncio. Apesar disso, esta acabou por ser a audição mais mediática da comissão de inquérito.



## cam primeira fase de audições

Costa não foi o "único autor e beneficiário dos esquemas" do grupo SLN.

do BdP. "Penso que foi muito convincente, fundamentou respostas e convenceu-me que teve um percurso rectilíneo na supervisão".

Por sua vez, o deputado Honório Novo, do PCP, diz que "no essencial, todos os depoimentos convergiram, apesar das contradições, na demonstração da ineficácia da supervisão".

Uma opinião partilhada também por João Semedo, do Bloco de Esquerda, que acrescenta: "Enquanto hou-

*"Os depoimentos têm sido muito importantes", afirmou a presidente da Comissão parlamentar ao caso BPN, Maria de Belém Roseira.*

ver sociedades 'off-shores', não há supervisão capaz de cumprir as suas responsabilidades. E existe também uma responsabilidade de sucessivos governos que têm convivido naturalmente com essa realidade".

Na opinião dos partidos contactados, os depoimentos contribuíram ainda para reforçar a convicção de que a responsabilidade não poderá apenas recair em Oliveira Costa. "Não foi o único responsável, nem o úni-

co beneficiário", afirmou João Semedo. Este deputado salienta também que a estratégia usada na SLN distribuiu lucros e dividendos por accionistas e que, na hora de serem indemnizados pela nacionalização, esses valores deverão ser considerados.

Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, mostra-se satisfeita: "Os depoimentos têm sido importantes e o ambiente de trabalho é bom". ■

## Administração da SLN acompanha Cadilhe na renúncia

Equipa de gestão do grupo deverá mudar por completo.

**Maria Ana Barroso**  
mabarroso@economicasgps.com

A equipa que entrou na Sociedade Lusa de Negócios (SLN) pela mão de Miguel Cadilhe deverá igualmente acompanhar o gestor na saída do grupo.

Apenas Renato Homem poderá vir a permanecer, apurou o Diário Económico. O gestor não estava na SLN mas fez parte do grupo chamado por Cadilhe para o Banco Português de Negócios (BPN), entretanto nacionalizado. Isto se o administrador, que preside à SLN Investimentos, aceitar ficar na SLN.

Com Cadilhe, sai João Carvalho das Neves, que era agora o presidente executivo do grupo, renúncia já conhecida. Este administrador substituiu no final de Dezembro o antigo ministro das Finanças, quando este decidiu ficar apenas como 'chairman'.

António Vila Cova, João Vicente Ribeiro e Manuel Meira Fernandes (este não executivo) deverão também sair, de acordo com fonte accionista.

As decisões finais são esperadas para hoje, dia em que foi marcada nova reunião de accionistas, conforme noticiou sexta-feira o "Jornal de Negócios".

À frente da nova equipa deverá ficar, como noticiou o Diário Económico na sexta-feira, Fernando Lima. O previsível futuro presidente da SLN foi presidente da construtora Abrantina, entretanto comprada pelo grupo Lena, e presidente do grupo Engil, antes de este ser comprado pela Mota.

**Miguel Cadilhe**, presidente cessante da SLN



Para a nomeação de Lima e restantes elementos da administração, bastará uma cooperação, não sendo necessária a realização de uma AG para o efeito.

A vontade dos accionistas aponta para uma redução da dimensão da administração, depois da feita em Dezembro. A nova equipa poderá vir a contar com apenas cinco elementos.

É de esperar, por outro lado, que a nova gestão volte a repensar o futuro da SLN, depois da nacionalização do BPN. A equipa de Cadilhe tinha definido a saúde como sector 'core' para o grupo, mantendo o objectivo de venda de um conjunto de outros negócios. ■

*Fernando Lima deverá substituir Miguel Cadilhe à frente do grupo SLN.*



## BANCA

# Empresas da SLN devem mais de 120 milhões ao BCP

A seguir ao BPN, banco de Santos Ferreira é o maior credor do grupo. Renegociação da dívida será uma das prioridades do novo líder da SLN



**Fernando Lima** | Antigo presidente da construtora Abrantina vai liderar SLN e deverá manter dois administradores da equipa actual.

Pedro Aperta

**Miguel Cadilhe** | Ao fim de sete meses, o ex-ministro das Finanças abandona o grupo, depois de ter ajudado a denunciar as irregularidades cometidas por Oliveira Costa.



Pedro Elias

**MARIA JOÃO GAGO**

mjgago@mediafin.pt

A renegociação dos empréstimos contraídos pelas empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) junto do Banco Português de Negócios (BPN) e do Banco Comercial Português (BCP) será uma das prioridades do novo presidente da "holding", revelou Alberto Figueiredo, presidente do maior accionista da SLN. Fernando Lima, antigo presidente da construtora Abrantina, deverá suceder em breve a Miguel Cadilhe, uma vez que a sua designação conta com o apoio da maioria do capital.

Ao que o **Negócios** apurou, além dos cerca de 500 milhões de euros que aquele universo de empresas deve ao banco que antes fazia parte do grupo, foram contraídos junto do BCP financiamentos de valor superior a 120 milhões de euros. Além disso, haverá ainda mais de 60 milhões em empréstimos cedidos por outras instituições financeiras.

Entre as alternativas que a SLN admite apresentar aos bancos credores estão a conversão das dívidas em capital da "holding" ou a entrega de participações em empresas do grupo como garantia adicional dos empréstimos em causa. "É prioritário encontrar soluções para viabilizar o grupo, o que passa por resolver o problema de liquidez", admitiu Alberto Figueiredo ao **Negócios**, sublinhando a sua confiança na capacidade de reabilitação da SLN.

**Fernando Lima deve manter dois dos actuais administradores**

A designação de Fernando Lima para presidente da SLN deverá ficar formalmente fechada hoje, depois de ter sido aprovada pelos dez maiores accionistas do grupo na última quinta-feira. Segundo Alberto Figueiredo, presidente da SLN Valor, que detém mais de 30% por capital da estrutura de topo do grupo, Lima deverá contar, para já, com uma pequena equipa que integrará dois dos actuais membros da administração

de Cadilhe. No entanto, não foi possível apurar quais gestores que vão transitar do conselho anterior.

Numa fase posterior, o novo presidente da SLN terá de avaliar a necessidade de alargar o número de membros da administração.

A nomeação de Fernando Lima para líder da Sociedade Lusa de Negócios põe fim à liderança de Miguel Cadilhe que, em sete meses, fez um levantamento exaustivo dos prejuízos escondidos no grupo (750 milhões), lançou um plano de recapitalização e reestruturação que passava pela venda de activos e acabou por se confrontar com a nacionalização do BPN, a primeira em mais de 30 anos. Já depois desta decisão governamental, o antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva definiu um novo plano estratégico, em que defendia que a SLN deveria concentrar-se na área saúde, encontrando um parceiro para o Grupo Português de Saúde. A maioria das restantes empresas seriam vendidas.

## BPN autorizado a emitir até dois mil milhões garantidos

 O Estado autorizou o BPN a reforçar até dois mil milhões de euros o seu programa de papel comercial com garantia estatal. O banco já tinha autorização para emitir 815 milhões de euros. Depois da publicação de novo despacho do secretário de Estado do Tesouro, a instituição pode emitir quase mais 1,2 mil milhões, até dois mil milhões. Para usar esta linha, terá de pagar ao Estado uma comissão de garantia de 0,2% ao ano. O programa de financiamento destina-se a "assegurar todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades pecuniárias assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados pela CGD no contexto da nacionalização, bem como, nessa medida, a permitir o desenvolvimento da actividade bancária normal" do banco. O Caixa Banco de Investimento e o Efisa são os bancos responsáveis pelas emissões.

**É prioritário encontrar soluções para viabilizar o grupo, o que passa por resolver o problema de liquidez**

**ALBERTO FIGUEIREDO**

Presidente da SLN Valor



## Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



### O banco mau

**➤** Junte os melhores líderes de todo o mundo numa estância na Suíça e peça-lhes para discutir o estado do mundo. Parece boa ideia. Mas quando no fim saem uns a olhar para os outros, sem soluções, isso não significa que a elite mundial é fraca: mas que a crise é forte. O que sobra de Davos é isso: não sabemos para onde vamos. Quem controla o nosso destino?

A Europa entrou em 2009 numa crise económica que arrasa o emprego sem que tenha resolvido a crise financeira de 2008 que a precedeu. O pior não é que o buraco nas contas dos bancos esteja cada maior, mas que não se faça ainda uma ideia de quão grande esse buraco poderá ser.

A banca mundial está em estado catatónico: está viva mas parece morta. A bola de neve que começou devagar nos Estados Unidos e depois acelerou para a extinção dos bancos de investimento ainda não perdeu velocidade nem capacidade de destruição. O colapso que se está a verificar na mítica "City" de Londres revela-o: passou a ser crível a nacionalização dos grandes bancos ingleses como o Barclays.

É neste desespero que volta a falar-se da criação de um "bad bank", um "banco mau" que compre todos os activos tóxicos dos bancos mundiais, a um preço que eles não valem no mercado. Será, se for, um banco do Estado, que absorve todo o mal que está disperso no sistema financeiro. Depois, esse "banco mau" gerirá essa imensa massa falida, provavelmente afundando-a num gigantesco prejuízo.

É assim que se lida com a radioactividade. Numa central nuclear, os resíduos radioactivos são enterrados dentro de urnas de aço em minas de sal ou em bidões a grandes profundidades marítimas. Eles estão lá mas parecem que

nem existem, e vão perdendo a perigosidade ao longo dos séculos.

A ideia inicial é do secretário de Estado americano de Bush, Henry Paulson. Obama parece disposto a resgatá-la. Os prémios Nobel Joseph Stiglitz e Paul Krugman refutam a ideia: trata-se de pegar em dinheiro dos contribuintes a comprar lixo. E, pior, é muito difícil de gerir, gerando um problema de muitos e muitos anos. Como os resíduos nucleares.

O "banco mau" é, provavelmente, uma "ideia má", que só ressurgir porque a cartucheira dos planos anti-crise está a ficar vazia e ainda não se matou a estaferma.

As alternativas estão todavia a escassear. Mesmo em Portugal, duas apresentações de resultados anuais já mostraram o estado das contas. Mesmo colocando parte dos prejuízos em acções nos fundos de pensões, que têm agora regras mais leves para digerir os prejuízos, BES e BPI bem podem emoldurar os resultados que tiveram em África, Angola. O BPI está muito bem de solvabilidade mas lucrou uns miseráveis nove milhões em Portugal. O BES prepara-se para o segundo aumento de capital em três anos, num total próximo do que ele vale hoje em Bolsa.

Falta saber os resultados do BCP, este mês, e da Caixa, no próximo, mas não há milagres. Mesmo aumentando capitais e exportando participações, a Caixa mostrará o custo de ser bombeiro das empresas e dos bancos falidos. Só ao BPN, os empréstimos chegarão aos dois mil milhões!, mais do que vale um BPI inteiro.

O Ministério das Finanças tem de ver bem o que o Governo anda a fazer. Qualquer dia acordamos e percebemos que, por terem querido fazer da Caixa um "banco bonzinho", conseguiram criar o "banco mau" de Portugal.



**BANCA** ■ PROGRAMA CONJUNTO DO BPN E DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

■ **Bandeira.** Depois do anúncio da nacionalização do BPN, Miguel Cadilhe recusou-se a continuar no cargo, tendo sido substituído por Francisco Bandeira à frente do banco.



MANUEL MOREIRA

# Dois mil milhões com Estado fiador

■ O Banco Português de Negócios foi autorizado a uma segunda emissão de dívida para financiar “todas as necessidades de tesouraria” da instituição

● PEDRO H. GONÇALVES

O Banco Português de Negócios (BPN) foi ontem autorizado pelo Governo a realisar um programa de emissão de dívida que ascende a um total de dois mil milhões de euros. O plano, que conta com a participação da Caixa Geral de Depósitos (CGD), já tinha sido recebido uma primeira autorização do Governo, no valor de 815 milhões de euros. Ontem surgiu a segunda autorização, para mais 1185 milhões de euros.

A decisão, publicada em Diário da República, nota que a taxa a pagar pela garantia do Estado será de 0,2% tem como objectivo “assegurar o

financiamento de todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades pecuniárias assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados pela CGD no contexto da nacionalização, bem como, nessa medida, a permitir o desenvolvimento da actividade bancária normal do BPN”, segundo o que pode ler-se no despacho do Diário da República.

## Garantia foi fixada abaixo dos valores cobrados à banca

A taxa de garantia foi fixada nos 0,2%, menos do que os 0,5% pagos pela banca no âmbito do programa disponibilizado pelo Estado. A 31 de Dezembro de 2008. Esta emissão será efectuada pelo BPN e tem a garantia de subscrição da CGD. ■



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Novo presidente da Privado Holding diz que não irá pactuar com ilícitos

## Vaz Guedes sucede a Rendeiro

● Diogo Vaz Guedes foi ontem eleito por uma significativa maioria dos accionistas da Privado Holding, que controla o Banco Privado Português, para o cargo de presidente do conselho de administra-

ção da holding. Nas primeiras declarações como presidente, prometeu uma auditoria completa às contas do banco, para elaborar um plano para a instituição bancária no espaço de três meses. ■



## Bancos resistem a dar documentos aos deputados

**BPN.** Comissão de inquérito parlamentar à supervisão continua sem informação

EVA CABRAL

Os deputados que integram a Comissão parlamentar de inquérito à supervisão bancária e à nacionalização do BPN continuam sem conseguir obter muitas das informações solicitadas a várias instituições. Em causa, dados pedidos ao Banco de Portugal (BdP), mas também ao Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e, ainda, às empresas de auditoria. Segundo um documento a que o DN teve acesso os deputados receberam ontem uma listagem com a informação em falta, e em próxima reunião irão deliberar qual o procedimento a seguir para ultrapassar estas reservas de sigilo bancário e profissional.

De destacar a falta de informação prestada por parte do BdP que continua, designadamente, sem fornecer as actas do Conselho de Administração que refiram práticas financeiras do BPN e da SLN. Também em falta está a troca de correspondência entre o BdP e a Deloitte Portugal relativa ao BPN, bem como a troca de correspondência e de emails entre o Banco central e o BPN e a SLN. Também o BPN, entretanto nacionalizado, continua sem enviar informação, desde logo os relatórios das várias auditorias existentes, incluindo as de 2008, realizadas, pela Deloitte e a Mazars. O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros também não fornece dados das inspecções dos serviços de supervisão do banco central português ao BPN e à SLN desde 2000. ■



## OPINIÃO

O ex-presidente do Banco Português de Negócios responde ao artigo do seu sucessor

# Abdool Vakil responde a Miguel Cadilhe

Abdool Magid  
A. Karim Vakil

Foi publicado, no jornal Expresso, na página 08 do suplemento Economia da edição de 24 de Janeiro de 2009, um texto subscrito pelo sr. dr. Miguel Cadilhe (Nacionalizações e Qualidade das Instituições) que tece considerações erróneas sobre a minha conduta enquanto administrador do Banco Português de Negócios (BPN) desde 2004 (e presidente do respectivo Conselho de Administração entre 20 de Fevereiro e 20 de Junho de 2008), bem como enquanto “presidente de uma sociedade sob domínio total do grupo SLN” (no que julgo aludir-se ao Banco Efisa).

Com efeito, refere o sr. dr. Miguel Cadilhe que “Abdool Vakil foi administrador do BPN desde Maio de 2004” e que “a sua carta de 2 de Junho (de 2008) sobre o Banco Insular (BI) dirigida ao BdP (...) poderia e devia ter

sido escrita muito mais cedo...”

Ora, o sr. dr. Miguel Cadilhe foi eleito presidente do Conselho de Administração da Sociedade Lusã de Negócios (SLN) e do BPN apenas em 20 de Junho de 2008, como é sabido, pelo que desconheço como pode ajuizar se a carta mencionada poderia (e deveria) ter sido escrita “muito mais cedo”. O sr. dr. Miguel Cadilhe menciona também que a carta de 2 de Junho (de 2008), dirigida ao Banco de Portugal, “não diz absolutamente nada sobre imparidades. Fala de valores ‘fora de balanço’, mas isso é conceito distinto de imparidades.

Não explica o sr. dr. Miguel Cadilhe a que imparidades se refere, nem esse era sequer o propósito da referida carta, que antes se destinou a informar o Banco de Portugal quanto à efectiva titularidade do Banco Insular pela SLN, à natureza do crédito concedido pelo mesmo Banco Insular e ao correspondente financiamento, bem como à existência de crédito concedido não re-

levado contabilisticamente no respectivo balanço. Esta informação só foi obtida, com segurança, em Junho de 2008 e, de imediato, foi remetida ao Banco de Portugal.

Diz ainda o sr. dr. Miguel Cadilhe que “Vakil não entregou, como deveria ter feito, um documento muito mais importante, e grave, intitulado ‘O estado da nação’, de Março de 2008”, que “a Comissão de Inquérito Parlamentar interpelou Vakil sobre este documento, agora, em 16 de Janeiro, e ele reconheceu que o tinha bem guardado”, o que considera “uma incompreensível omissão”. Ora, não reconheci perante a Comissão Eventual de Inquérito que “tinha bem guardado” o referido documento, como se pode constatar do teor das minhas declarações, que se encontram gravadas. De facto, tal como se encontra gravado, promovi a recolha e posteriormente prestei informação sobre os problemas do grupo SLN, que foi possível detectar — co-



Durante o seu mandato, Abdool Vakil alega que sempre prestou informação às entidades de supervisão FOTO RUI DCHÓIA

nhecidos em Março de 2008 — aos accionistas da SLN, em reunião do respectivo Conselho Superior, realizada a 10 de Abril de 2008, não tendo então apresentado — nem procedido à entrega de — qualquer documento com a aludida designação. Nessa data, como referi acima, desconhecia — o que só apurei com seguran-

ça em Junho de 2008 — que a SLN era a efectiva titular do Banco Insular.

Durante o exercício do meu mandato como presidente do Conselho de Administração da SLN e do BPN, cumpri integralmente os deveres de prestação de informação às entidades de Supervisão — Banco de Portugal

e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários —, aos restantes administradores e aos accionistas, designadamente através de reuniões periódicas com o Conselho Superior da SLN e em Assembleias Gerais. As informações prestadas encontram-se documentadas na correspondência trocada com as mencionadas entidades de Supervisão, no que se refere aos administradores, nas actas das reuniões dos Conselhos de Administração, e no que se refere aos accionistas, nas actas das reuniões do Conselho Superior e das Assembleias Gerais.

Todos esses documentos permaneceram naturalmente na SLN e no BPN após a minha saída dos respectivos Conselhos de Administração, em Junho de 2008. Ao longo de toda a minha vida profissional, tive por hábito analisar e discutir os assuntos relativos às instituições por onde passei, em sede própria e não publicamente.

Ex-presidente da SLN e do BPN



# Finanças

João Paulo Dias



Miguel Cadilhe foi eleito presidente da Sociedade Lusa de Negócios e do Banco Português de Negócios em Junho do ano passado. Demitiu-se do BPN após a nacionalização do banco, em Novembro, e agora

## Os sete meses mais difíceis de Miguel Cadilhe

Num ano, faliu duas vezes a reentrada na Banca. Entrou no BPN para o salvar, mas a nacionalização cortou-lhe o caminho.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES E MARIA ANA BARROSO [sas@especonomia.pt](mailto:sas@especonomia.pt)

"Sabia que havia problemas sérios, mas não sabia da real situação". Com esta frase, dita na comissão parlamentar de inquérito ao BPN Miguel Cadilhe resume a sua efémera passagem pelo primeiro banco português nacionalizado nos últimos 30 anos.

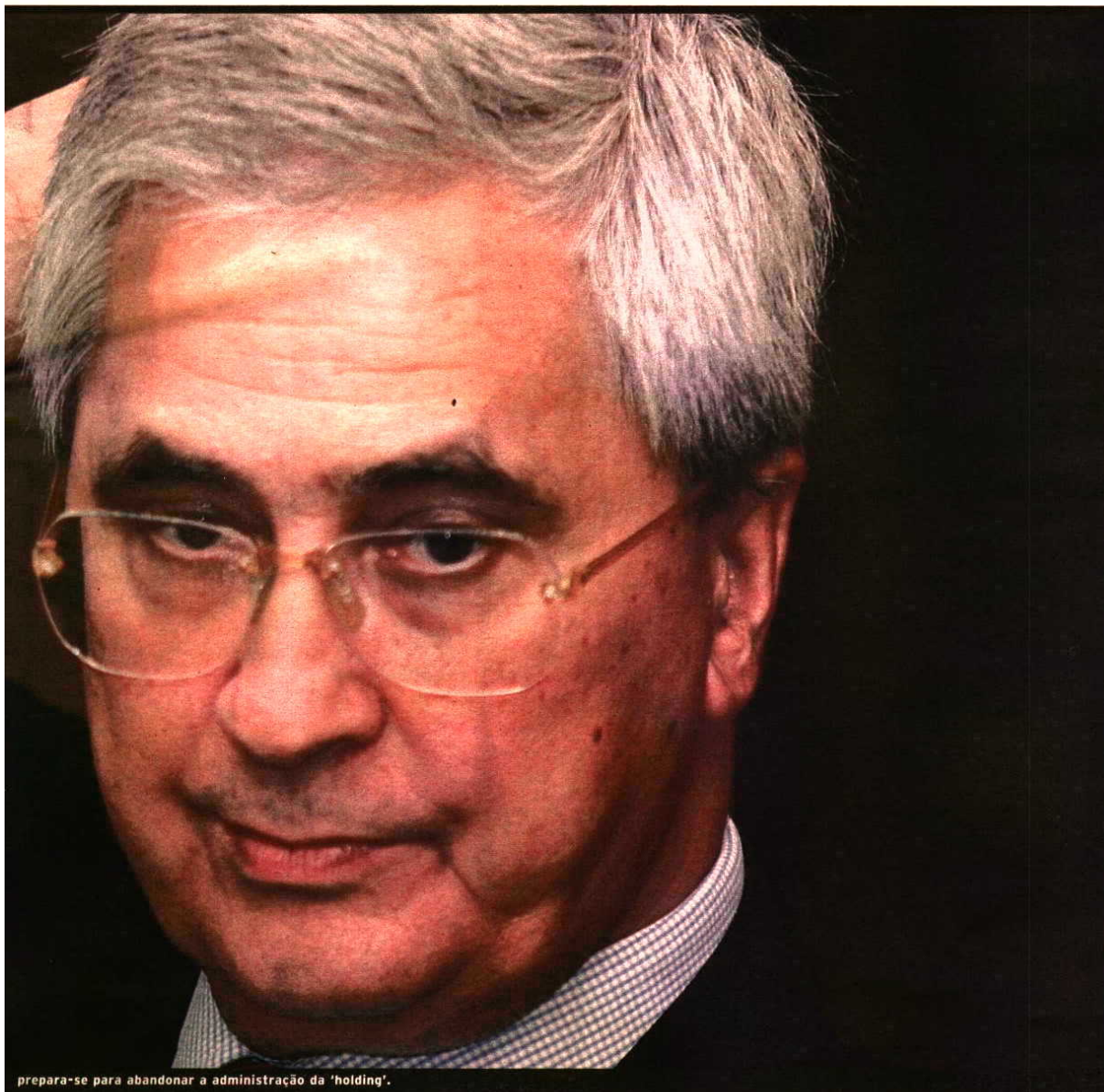
Mas os problemas de Cadilhe começaram antes. Em dois anos, tentou dois regressos ao mundo da banca. Dos dois leva apenas "amargos de boca".

Em 2007, e no rescaldo de uma crise de poder, o gestor concorreu contra Carlos Santos Ferreira, numa tentativa de regresso ao BCP, banco de que foi administrador até 2001. A contestação à alegada ingerência do Governo nos destinos do maior banco privado foi o mote da candidatura, que não chegou a bom porto. A interferência do poder político perseguia Cadilhe, que voltou a condená-la, publica e veementemente, com a nacionalização do BPN. Esta tornou curta a sua permanência à frente do banco, ditando depois a saída do grupo SLN.

Os sete meses que passaram, desde Junho de 2008, altura em

que foi eleito, a Janeiro de 2009 - agora que está de saída da SLN - terão sido provavelmente os mais difíceis e atribulados da carreira de Miguel Cadilhe. No seu currículo de economista, constam cargos como professor, banqueiro, ex-secretário de Estado do Planeamento e, sobretudo, ministro das Finanças no Governo de Cavaco Silva. No entanto, foi em Junho do ano passado - quando foi escolhido para presidir a Sociedade Lusa de Negócios e o Banco Português de Negócios - que começou o seu desassossego. Miguel Cadilhe, de 64 anos, foi nomeado para promover uma reestruturação de todo o grupo SLN, que se esperava tranquila. "Prestígio", "capacidades" e "virtudes na gestão financeira" são qualidades lembradas agora por quem apoiou então a escolha do gestor.

Mas a verdade é que, sete meses depois, quando Cadilhe estava "a pôr ordem na casa", foi "travado pela nacionalização do BPN", a primeira nacionalização pós 25 de Abril. "Uma bomba



prepara-se para abandonar a administração da 'holding'.

atómica" do Governo de José Sócrates - nas palavras do próprio Miguel Cadilhe - e que não lhe deixou muitas alternativas.

O "braço de ferro" terá, de resto, ditado grande parte da perda de apoio accionista que, de início, conduziu à sua eleição no ano passado. Um dos accionistas ouvidos pelo Semnário Económico não poupa elogios a Cadilhe, mas deixa escapar que, do que a SLN precisa, mais do que nunca, "é de uma pessoa de consensos, que procure arranjar soluções". E Cadilhe tem mostrado uma atitude crispada e de guerra aberta contra o poder político.

O ainda presidente da SLN teve carta branca dos accionistas da 'holding' para alterar a equipa da SLN, cujo mandato só terminava em Dezembro de 2009. Para além da polémica em redor da sua lista, Cadilhe deixou para trás a reforma "dourada" do BCP, sendo compensado pelos accionistas da SLN das perdas que daí decorreram, o que deu muito que falar. Mas a polémica viria a ganhar maior escala com o apuramento da real

**Um dos accionistas que apoiou Cadilhe reconhece que, actualmente, o grupo SLN precisa de alguém que busque consensos.**

situação patrimonial e financeira do BPN.

Cadilhe, que foi contactado pelo Semnário Económico mas não quis contribuir para este artigo, confessou na comissão de inquérito ao caso BPN: "Sabia que havia problemas sérios, mas não sabia da real situação, nem da densidade, do grau de incidência, do carácter sistemático de práticas evasivas, de negócios ruinosos no grupo".

De tal forma que, o primeiro passo desenhado pela administração do último presidente do BPN foi o lançamento da "Operação Cabaz", venda de acções próprias e aumento de capital de 300 milhões de euros, destinado a reequilibrar o balanço do banco. Cerca de três meses depois, num esforço de reestruturação e valorização do grupo, Miguel Cadilhe anunciou o plano de venda de activos "não-estratégicos" da SLN.

Em paralelo, decorriam auditorias externas, que detectaram as imparidades com contabilísticas relacionadas com o Banco Insular de Cabo Verde, superiores a 750 milhões de euros. Com o desenrolar

dos acontecimentos, Cadilhe ainda entregou um plano de salvação ao ministro das Finanças, que assentava no reforço dos capitais próprios do BPN em 600 milhões de euros, ficando o Estado, em troca, na posse de acções preferenciais (remunerada a taxa superior em 1% à da dívida pública, a partir de 2012), mas sem direito a voto. Um plano que recebeu parecer negativo do ministro e que culminou com a nacionalização do BPN a 2 de Novembro.

Sem um banco para gerir, como núcleo central dos activos do grupo, Miguel Cadilhe terá sentido que as suas mais-valias como gestor, de carreira feita na banca, deixaram, em grande parte, de fazer sentido na nova SLN.

Miguel Cadilhe ficou fortemente desapontado com o Governo, até porque considera que não foram as razões que justificaram a decisão a decisão do Governo "não foram económicas, nem financeiras".

Para além do Governo, também o BdP terá entrado na lista de "potenciais inimidades" de Miguel Cadilhe. Pela segunda vez num ano. ■

## BPN emite 1,18 mil milhões para reembolsar CGD

Operação aprovada pelo Governo permite fazer face a injecções de liquidez da Caixa no BPN.

MARIA ANA BARROSO  
E SANDRA ALMEIDA SIMÕES  
mabarroso@economiasps.com

As Finanças deram 'luz verde' à realização de uma emissão de papel comercial do BPN de até 1,185 mil milhões de euros com garantia estatal. A operação faz parte de um programa de papel comercial do banco, de montante global de dois mil milhões de euros, e tem por objectivo final reembolsar a CGD das injecções de liquidez feitas no BPN.

No final de Dezembro, foi dado o aval para a emissão de 815 milhões, dos dois mil milhões. De acordo com despacho publicado no Diário da República de sexta-feira, o Ministério viu verificadas "as condições legais que permitem a emissão de papel comercial a realizar pelo BPN, até ao montante remanescente", de 1,185 mil milhões. A taxa a pagar pela garantia será 0,2%.

A operação, que será colocada pela Caixa Banco de Investimento e pelo Efisa, permitirá "assegurar o financiamento de todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades pecuniárias assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados pela CGD". E vai garantir "o desenvolvimento da actividade bancária normal do BPN".

A garantia estatal, concedida a um preço muito inferior ao que tem sido cobrado aos bancos para a emissão de dívida, não faz parte do pacote dos 20 mil milhões criado no ano passado. A Lei 62-A/2008, que veio regular a nacionalização do BPN, estabeleceu que "as operações de crédito ou assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão (...), beneficiam de garantia pessoal do Estado". Esse plano de gestão, neste momento nas mãos das Finanças, está ainda por conhecer. ■

**A garantia estatal agora concedida estava prevista na lei de nacionalização do BPN, aprovada em Novembro.**



Pedro Passos Coelho

## Passos Coelho questiona acção do Estado no BPP e BPN

Maria José Santana

● O social-democrata Pedro Passos Coelho levantou ontem dúvidas à intervenção do Estado no Banco Privado Português (BPP) e no BPN (Banco Privado Nacional), referindo que “os agentes económicos que se sujeitaram à especulação (bolsa) não têm de estar a ser seguros pela sociedade e pelo Governo”. Numa conferência que proferiu em Aveiro, o opositor de Manuela Ferreira Leite nas últimas eleições para a liderança do PSD acabou por defender também algumas estratégias para Portugal fazer face à actual conjuntura económica. Crise essa que, apontou, “pode ajudar a disfarçar um bocadinho o mau trabalho que foi feito pelo Governo”.

Concretamente sobre os casos do BPP e do BPN, Pedro Passos Coelho declarou que “sobram dúvidas” sobre a explicação de que a intervenção pública visa garantir a estabilidade do sistema financeiro. “Onde é que começa a intervenção que é feita para garantir que estamos a proteger os depositantes e o sistema financeiro na sua globalidade, e onde é que acaba a ideia de que não estamos também a proteger intervenções de agentes económicos que fizeram o seu jogo, que perderam e que vêem agora o Estado a garantir-lhes um jogo que não lhes correu bem?”, questionou Pedro Passos Coelho.

Na conferência que proferiu nas instalações da Associação Comercial de Aveiro, no âmbito de um ciclo de participações que tem como tema “Pensar o Futuro”, Pedro Passos Coelho acabou por se centrar na ideia de que o período actual representa uma “mudança de época”. E avançou com algumas propostas de resposta à crise actual. E, se estivesse a chefiar um Governo, o social-democrata estaria, a esta altura, “a reunir-se com as IPSS do país inteiro e com as juntas de freguesia para desenhar um programa de emergência” social para, por exemplo, acorrer às pessoas que auferem rendimentos baixos, mas que não podem beneficiar de outras prestações do Estado.

Propôs ainda que sejam alargados os prazos de devoluções do IVA e de outras retenções, de forma a facilitar a tesouraria das empresas.



# Fernando Lima substitui Cadilhe na SLN

O antigo presidente da construtora Abrantina fica com o legado da venda dos negócios da SLN.

**Cátia Simões e  
Nuno Miguel Silva**  
csimoes@economicasgps.com

Fernando Lima vai substituir Miguel Cadilhe como 'chairman' da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), apurou o Diário Económico. O futuro presidente da SLN foi presidente da construtora Abrantina, entretanto comprada pelo grupo Lema, e presidente do grupo Engil, antes de este ser comprado pela Mota. Ao que o Diário Económico apurou, o advogado ainda estará a constituir o conselho de administração para a SLN.

Miguel Cadilhe demitiu-se da presidência do Banco Português de Negócios, (BPN) detido pela 'holding', por discordar da nacionalização, mas manteve-se à frente da SLN, avançando com o plano de venda de vários activos do grupo para sanear as contas. No final de Dezembro foi substituído no cargo de presidente-executivo por João Carvalho das Neves, mas mantendo-se como 'chairman' da 'holding'. Fernando Lima deverá prosseguir com o processo de reestruturação do grupo iniciado pela administração de Cadilhe. Em causa está, por exemplo, a venda do negócio de seguros do segmento vida e não-vida - a Real Seguros - que esteve em cima da mesa no final do ano passado, mas que foi entretanto adiada. Por resolver fica também o futuro do negócio dos cimentos (CNE), cuja proposta de fusão com um dos potenciais interessados parece não agradar à Autoridade da Concorrência (ver texto ao lado). À espera de comprador ficam os concessionários automóveis da 'holding', a participação minoritária na empresa de aviação Omni, os

negócios no turismo e no imobiliário e os serviços de segurança.

Resta ainda apurar o tamanho do "buraco" financeiro da SLN, que começou a ser investigado através de uma auditoria encomendada à Deloitte por Miguel Cadilhe e que revelou a existência de mais de 100 'offshores' ligadas à SLN.

O ex-ministro das Finanças substituiu, em Junho, Abdool Vakil - presidente interino do banco desde

*Miguel Cadilhe foi substituído na presidência executiva da SLN por João Carvalho das Neves, mas mantinha-se como 'chairman'.*

que José Oliveira e Costa se demitiu, em Fevereiro, alegando motivos de saúde - à frente do BPN e da SLN. Foi Abdool Vakil que revelou os primeiros sinais de irregularidade na gestão do banco. Quando o substituiu, Cadilhe apresentou um plano de reestruturação do banco e da 'holding', que passava por uma injeção de capital no banco, a efectuar em três 'tranches', e na venda de activos do grupo.

O administrador abandonou a presidência do BPN mas manteve-se à frente da SLN, concretizando a venda do negócio dos vinhos - Raposeira, Tapada de Chaves e Murganheira - na passada semana, a acionistas das próprias empresas. Realizou também a venda da I2S Informática, empresa de tecnologias de informação. Cadilhe decidiu, por outro lado, que não se avançaria para a venda do Grupo Português de Saúde - que detém o Hospital Britânico - nem do negócio de exploração petrolífera em Angola, onde está através da ACR.

Na assembleia geral da 'holding', em Dezembro passado, os accionistas aprovaram as propostas de Cadilhe, que consistiam em transformar o aumento de capital - conhecido como "Operação Cabaz" - em empréstimo obrigacionista a sete anos. Ou seja, foi acordada a devolução da 'tranche' de 100 milhões de euros já paga pelos accionistas, num prazo máximo de sete anos e com o pagamento de juros.

O Diário Económico tentou contactar Fernando Lima e Miguel Cadilhe mas não foi possível até à hora de fecho de edição. ■

**Fernando Lima,** foi presidente da das construtoras Engil e Abrantina antes de serem compradas.

